

Só a mobilização pode derrubar o veto

Fórum indica greve a partir de 25 de agosto

Participe das assembleias em sua unidade

Reunido nos dias 9 e 10/8, o Fórum das Seis avaliou a conjuntura em que se apresenta o veto do governador. Foi consenso entre as entidades que só uma forte mobilização pode mudar o quadro e possibilitar a queda do veto. Por isso, o Fórum apresenta às assembleias a proposta de greve nas universidades e no Centro Paula Souza a partir do dia 25 de agosto. Abaixo, confira a íntegra dos indicativos do Fórum:

- Avaliação do indicativo de greve nas três universidades e no Centro Paula Souza, a partir de 25/8 - Contra o veto do governador à LDO 2006;

- Ato na Alesp no dia 16/8, terça-feira, com concentração a partir das 13 horas, no Plenário. Cada entidade deve avaliar, em suas assembleias, a possibilidade de paralisar as atividades neste dia.
- Assembleias de 11/8 a 23/8.
- Reunião do Fórum das Seis em 24/8.

Como tramita o veto

Para ser derrubado, o veto do Zeroaldo precisa de maioria absoluta em nova votação no plenário da Alesp. Isso significa 48 votos. Segundo o artigo 233 do Regimento Interno da Alesp, após o recebimento da matéria vetada, a Assembleia

tem até 30 dias para decidir se mantém o veto ou não. Se isso não ocorrer, a matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão imediata, permanecendo até sua votação final.

Plenária na Alesp no dia 10/8

O Fórum das Seis participou, no dia 10/8, de uma plenária contra o veto na Assembleia Legislativa de SP, convocada pela bancada do PT. O objetivo foi o de fazer uma primeira avaliação do veto e discutir medidas conjuntas de reação. Nova reunião com a Apeoesp e demais entidades da educação deve ocorrer no dia 16/08.

Fórum cobra postura do Cruesp

Em ofício enviado no dia 11/8 (veja fac-símile nesta página), o Fórum das Seis questiona os



Atos na Alesp: acima, em 1/6. Ao lado, em 16/6 (o diretor da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior, fala em nome da entidade)



10/8: O presidente da Adunesp e coordenador do Fórum das Seis, Milton Vieira do Prado Júnior, fala durante plenária contra o veto, na Alesp

reitores sobre seu posicionamento e providências frente ao veto do governador. Solicita, ainda, o agendamento de uma reunião, o mais breve possível para a discussão de ações urgentes durante a tramitação do veto na Alesp. No documento, o coordenador do Fórum, professor Milton Vieira do Prado Júnior, reafirma a disposição das entidades sindicais em atuar pela derrubada do veto e na continuidade da luta em defesa da universidade pública e por mais verbas para o ensino público.

Audiências públicas da LO no interior

A Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp está realizando uma série de audiências públicas pelo interior do estado, para discussão da Lei Orçamentária (LO) 2006. Além de políticos e comunidade locais, estas audiências costumam reunir deputados estaduais da região. Por isso, trata-se de boas oportunidades de pressionarmos tais deputados a tornar pública a questão do veto e da luta das universidades e do Centro Paula Souza. O calendário de audiências é o seguinte:

08/08 – Itapeva e Itapetininga
11/08 – Jales e Fernandópolis
15/08 – São Joaquim da Barra e Franca
18/08 – Cruzeiro e Guaratinguetá
22/08 – Andradina e Dracena

25/08 – Presidente Prudente e Adamantina
29/08 – Jundiá e Bragança Paulista
01/09 – Araçatuba e Lins
05/09 – Assis e Ourinhos
08/09 – Bauru e Jaú
12/09 – Araraquara e São Carlos
15/09 – Avaré e Botucatu
19/09 – Tupã e Marília
22/09 – Rio Claro e Limeira
26/09 – Taubaté e S. J. dos Campos
29/09 – S. J. do Rio Preto e Votuporanga
03/10 – Sorocaba e Registro
06/10 – Catanduva e Barretos
10/10 – Ribeirão Preto e São João da Boa Vista
13/10 – Santos e Caraguatatuba
17/10 – Campinas e Piracicaba
20/10 – SP (Auditório Franco Montoro da Alesp)

Aprovação em plenário foi uma vitória histórica do movimento

A votação final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 aconteceu no dia 7 de julho, com o plenário tomado por funcionários, professores e estudantes da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza.

Todas as emendas que previam um expressivo aumento do repasse de verbas para a educação pública estadual (veja no box abaixo) foram aprovadas.

Também foi aprovado o aumento da base de cálculo dos repasses, pois uma das emendas impede que o governo estadual continue descontando o 1% destinado à habitação e as compensações da Lei Kandir. Outra novidade é a inclusão na LDO, pela primeira vez, de uma dotação orçamentária de 1% da cota-parte do ICMS para o Centro Paula Souza.

Além da expressiva mobilização da comunidade acadêmica, que ocorre há anos, a presença das emendas no relatório final da LDO e a vitória na votação do dia 7/7 foram produto, entre outros fatores, de uma mudança de correlação de forças na Alesp. A bancada do PFL assumiu uma posição independente em relação ao Palácio dos Bandeirantes em 2005. Após muitos anos de hegemonia tucana, foram eleitos deputados pefelistas para a presidência da Alesp (Rodrigo Garcia), como relator da LDO (Edmir Chedid) e para a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento (Caldini Crespo).

Outro fato novo foi a parti-



Votação do relatório da LDO na Comissão de Finanças, no dia 30/6: a primeira vez, em 12 anos, que as emendas do Fórum das Seis são aprovadas

cipação dos reitores na Alesp, apoiando as reivindicações do Fórum das Seis. No dia 15/6, eles estiveram presentes em audiência pública promovida na Comissão de Finanças e Orçamento.

Mobilização contra o veto começou no dia 12/7

A primeira atividade da comunidade acadêmica contra o veto (que ainda não havia sido feito pelo governador) aconteceu no dia 12 de julho. O Fórum das Seis promoveu um ato público na Alesp,

com o objetivo de demonstrar à população a importância das mudanças introduzidas na LDO e pressionar o Alckmin a não vetar.



Ato no dia 12/7, na Alesp, com o objetivo de pressionar o governador a não vetar

Última hora

Reitor chama diretores e entidades sindicais para reunião

O reitor da Unesp, professor Marcos Macari, convidou a Adunesp e o Sintunesp para uma reunião no dia 11/8, que também contou com a presença dos diretores de unidades.

Até o fechamento desta edição (que se deu durante a reunião), o reitor já havia deixado clara sua proposta de realizar cortes orçamentários. A justificativa é que a arrecadação do ICMS nos próximos meses deve ser mais baixa do que o previsto, devido à conjuntura política e econômica atual. Segundo Macari, a Secretaria da Fazenda está prevendo que a arrecadação feche o ano em R\$ 36,45 bilhões. De acordo com os estudos do Fórum das Seis, no entanto, também considerando um cenário de queda, esse número deve ficar na casa dos R\$ 37,6 bilhões.

A Adunesp vai estudar mais detalhadamente as propostas da reitoria e divulgar suas conclusões em novas publicações. De antemão, conforme foi dito por seus representantes na reunião, a entidade reafirma que não aceitará qualquer corte que afete os direitos adquiridos da categoria. Além disso, entende que, se o cenário é difícil, trata-se de um motivo a mais para o reitor da Unesp e o Cruesp se somarem à categoria na luta contra o veto do governador ao aumento de verbas na LDO.

Confira o que foi vetado pelo governador

Como fez nos anos anteriores, o Fórum das Seis apresentou um conjunto de emendas à LDO 2006, prevendo o aumento de recursos nas Universidades (de 9,57% do ICMS para 11,6%), destinação de 2,1% do ICMS ao Centro Paula Souza e 33% da receita bruta de impostos para a educação pública em geral (atualmente, esse percentual é de 30%). Após as negociações na Comissão de Finanças, não foi possível incorporar a íntegra das reivindicações, mas o que foi aprovado representa, indiscutivelmente, uma vitória da mobilização da comunidade acadêmica. Confira:

- Aumento para 10% no percentual de repasse do ICMS para as Universidades, sendo que este será sobre o total de arrecadação do ICMS (sem o desconto da habitação);
- 1% do ICMS será destinado ao Centro Paula Souza;
- Aumento de 30 para 31% de verba destinada para a Educação Básica;
- Retirada do artigo 29 da proposta de LDO (que previa a contribuição patronal ao IPESP);
- Garantia de não desconto de 1% do ICMS (a título de "habitação") antes do repasse às Universidades e à educação de conjunto.



O ofício encaminhado ao reitor da Unesp e presidente do Cruesp, professor Macari, solicitando reunião para discutir uma ação conjunta contra o veto